

BRASIL NO TEMPO PRESENTE

MICHEL GOULART DA SILVA

2021

BRASIL NO TEMPO PRESENTE

BRASIL NO TEMPO PRESENTE

MICHEL GOULART DA SILVA

BOA VISTA/RR
2021

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Si1 SILVA, Michel Goulart da.

Brasil no tempo presente. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 117 p.

Série: Ciências Sociais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996305-1-4
https://doi.org/10.5281/zenodo.5676180

1 - Bolsonaro. 2 - Brasil. 3 - Covid-19. 4 - Marxismo.
I - Título. II - Silva, Michel Goulart. III - Ciências Sociais. IV - Série

CDD – 300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade do autor.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2021

Este livro só foi possível graças
ao permanente apoio, ao carinho
e ao companheirismo de
Mariana Rosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 |
O Fantasma do Golpe na Atualidade 15

CAPÍTULO 2 |
O Revisionismo Contemporâneo e a História Escrita Pelos Militares 23

CAPÍTULO 3 |
Reflexões Sobre o "Marxismo Cultural" 37

CAPÍTULO 4 |
Reflexões Sobre o Movimento Escola Sem Partido 49

CAPÍTULO 5 |
Reflexões Sobre a História das Ciências Humanas 59

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
A Pandemia e a Importância das Ciências Humanas 67

CAPÍTULO 7 |
O Papel do Historiador Diante da Pandemia 77

CAPÍTULO 8 |
Trotsky, a Pandemia e o Capitalismo em Crise 83

CAPÍTULO 9 |
O Fim da União Soviética e seu Impacto na Esquerda Latino-Americana 91

CAPÍTULO 10 |
As Esquerdas no Brasil e as Eleições Municipais 103

SOBRE O AUTOR | 109

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este livro reúne dez ensaios anteriormente publicados no Boletim de Conjuntura (BOCA), entre 2020 e 2021. O conjunto de capítulos procura apresentar reflexões sobre a conjuntura do Brasil, a partir da análise de elementos políticos, ideológicos e culturais presentes na sociedade.

Os capítulos estão divididos em três blocos. O primeiro bloco reúne ensaios que tratam do governo Bolsonaro, em particular os elementos ideológicos que o sustentam. Entende-se este governo como uma manifestação do conservadorismo, cujas raízes podem ser encontradas nos séculos anteriores e que, no caso da conjuntura brasileira, incorpora, por um lado, elementos golpistas e, por outro, um moralismo de fundo religioso. Procura-se também mostrar possíveis semelhanças entre a retórica do atual governo e o discurso ideológico da ditadura e de civis e miliares que a apoiaram.

O segundo bloco de ensaios trata da pandemia da Covid-19, que vem atravessando o mundo há mais de um ano e meio, mostrando-se como uma das maiores tragédias enfrentadas pelo humanidades em toda a sua história. Os textos procuram apresentar um método que permite compreender o que se passa diante da pandemia e como o conhecimento científico pode contribuir em seu combate. Além disso, procura-se discutir perspectivas políticas que possibilitem superar não apenas a pandemia, mas até mesmo suas causas.

O último bloco propõe a análise de alguns elementos políticos presentes na conjuntura. Procura-se, por um lado, analisar a crise das organizações de esquerda e os elementos ideológicos que fazem parte desse processo. Por outro, busca-se fazer uma

análise da situação atual da esquerda no Brasil e os desafios a colocados, diante da tripla crise – econômica, política e sanitária.

Ótima leitura!

Michel Goulart da Silva

CAPÍTULO 1

O Fantasma do Golpe na Atualidade

O FANTASMA DO GOLPE NA ATUALIDADE

O tensionamento provocado pelo avanço da crise do governo Bolsonaro colocou novamente no debate político a ideia de um possível golpe. Bolsonaro, cada vez mais acuado pelas fissuras em seu governo e pelas tensões com o Judiciário e mesmo com o Legislativo, estaria colocando no horizonte a possibilidade de uma "ruptura institucional", como se destaca diante de uma declaração nesse sentido de um de seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro. Além disso, não é incomum que os apoiadores de Bolsonaro defendam a ideia de uma "intervenção militar".

O medo de um golpe é algo bastante vivo entre os brasileiros, o que parece ter ajudado na construção da narrativa de que teria ocorrido uma ruptura institucional com a manobra parlamentar que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. Como em 2016, no atual contexto também não se coloca a possibilidade de um golpe, afinal Bolsonaro não conta nem com apoio dos militares para essa ação e nem a burguesia demonstra interesse na empreitada. Por outro lado, não há por parte do imperialismo nenhuma indicação de que apoiaria uma aventura como essa no Brasil.

Esses elementos ficam mais claros se comparado o contexto contemporâneo com aquele do começo da década de 1960. Não se vive mais na chamada "Guerra Fria", ou seja, a ameaça comunista deixou de ser algo concreto, depois do fim da União Soviética e de seus satélites, e do enfraquecimento do governo de economia planificada cubano.

Depois da Segunda Guerra, em 1945, houve uma polarização política internacional entre Estados Unidos e União Soviética, na qual cada um buscando conquistar apoio para suas políticas. Essa disputa parecia ganhar mais força à medida em que a

União Soviética, ainda que burocratizada, conseguia por meio da economia planificada desenvolver-se como potência econômica e militar. Nas décadas de 1950 e 1960, apesar de todas as distorções do regime stalinista, a experiência soviética mostrava aos trabalhadores de todo o mundo que era possível superar o capitalismo por meio de uma revolução. Contudo, deve-se levar em consideração que "o cenário internacional colocava nuanças muito mais complexas do que o antagonismo binário entre as duas potências" (SILVA, 2013, p. 83).

Em última análise, a "Guerra Fria" foi um reflexo distorcido da luta de classes a nível mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, as revoluções começaram a estalar em todo o mundo. Se os acordos de Yalta e Postdam, que traçaram a "divisão" do mundo depois do fim da guerra, procuravam ser respeitados por Stalin, a mesma coisa não se pode dizer do imperialismo. Este aumentava a pressão sobre a URSS afirmando que esta seria a fonte das revoluções, embora Stalin se negasse a apoiar muitas das lutas que ocorriam pelo mundo.

A classe operária, através do seu próprio movimento, impôs a expropriação do capital nos países que tinham sido invadidos pelas tropas soviéticas no final da Guerra. Na China, depois da experiência desastrosa de aliança o Kuomitang, partido nacionalista chinês, tomou o poder. Revoluções acontecem no Vietnam e na Coreia, que levam a guerras de libertação, onde o Partido Comunista ocupa um papel central. A Índia se tornou independente e as revoluções nacionalistas árabes derrubaram regimes que eram sustentados pelos velhos imperialismos francês e inglês. Mesmo no lado soviético, as revoluções em Berlim Oriental e Hungria mostravam que havia fissuras até mesmo em países que se colocavam como "socialistas".

Os Estados Unidos, além de buscar enfraquecer seu adversário, precisava controlar as revoltas e revoluções que

ocorriam em regiões que deveriam ser de sua influência. Esse fantasma que percorria o mundo chegou à América Latina por meio da Revolução Cubana, em 1959. Para o imperialismo, essas lutas nacionais continham o risco de movimentos que poderiam, além de buscar apoio político e militar no bloco soviético, também ser a antessala para uma revolução socialista, como ocorreu em Cuba e na China.

Esse era o cenário temido pela burguesia brasileira e por seu aparato estatal, em especial os militares, reforçando a defesa do alinhamento econômico e político com os Estados Unidos. Para os militares se colocava no horizonte a defesa da segurança nacional, que no âmbito interno identificavam com a atuação de partidos de esquerda e de outras organizações dos trabalhadores e que se concretizava na disputa de dois projetos burgueses para o desenvolvimento do país. Um deles, cujo representante mais conhecido certamente era o presidente João Goulart, apontava para um projeto de desenvolvimento da indústria nacional e centrado em medidas de melhoria das condições de vida da população, por meio de um conjunto de reformas como a agrária, a urbana e a bancária. João Goulart afirmou no Comício da Central, em maro de 1964, que seu lema era "progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade", tecendo críticas à "a ordem social imperfeita, injusta e desumana" (FICO, 2004, p. 286). Esse projeto tinha o apoio da maior parte dos setores da esquerda e das organizações dos trabalhadores, que colocavam sua ação e programa a reboque desse campo burguês.

O outro campo burguês defendia um projeto de nação atrelado aos interesses do imperialismo, no qual a economia brasileira estaria dominada por países estrangeiros e empresas multinacionais. Para esse campo, "a defesa da nação dependeria da atuação internacional do Brasil, como aliado dos Estados Unidos, fosse colaborando nas ações de defesa do Ocidente diante da

ofensiva comunista, fosse mantendo uma postura de subordinação política e econômica aos Estados Unidos" (SILVA, 2013, p. 79). O empresariado brasileiro, em sua maioria, raciocinava nesse sentido. Em novembro de 1961, a FIESP declarava "que a taxa de formação de capitais nacionais é reduzida e, portanto, devemos incrementá-la com recurso de fora" (FICO, 2004, p. 234).

O Exército cumpria um papel central nisso. A maioria dos seus altos oficiais tinha se formado através de uma luta política ferrenha em seu interior, contra a influência do Partido Comunista e de Prestes, que carregava uma aura de um militar com larga experiência de batalha, em especial por conta da Coluna Prestes", que era admirada e estudada. Esta influência era combatida por oficiais que se passaram a direita, alguns dos quais inclusive tinham combatido na coluna, assim como por um programa de formação militar, política e ideológica conduzida pelo imperialismo dos EUA.

Um manifesto assinado por membros da cúpula militar, em janeiro de 1963, afirmava que "o governo está violando a constituição permitindo que o comunismo ilegal desenvolva livremente sua atividade revolucionária e nitidamente contrária à carta magna do País" (A revolução, 1966, p. 6). Nesse período havia mobilizações de trabalhadores em diferentes categorias, influenciadas por trabalhistas e comunistas, e mesmo no interior das forças armadas um setor apoiava o projeto nacionalista. (SILVA, 2011).

O setor majoritário entre os militares, municiado pelo imperialismo dos EUA, acreditava que o projeto nacionalista poderia significar um primeiro passo para a transição ao socialismo. O apoio do Partido Comunista ao governo João Goulart e o fantasma do comunismo colocavam os militares diante da necessidade de garantir a defesa da ordem burguesa e do alinhamento com os Estados Unidos. Em sua posse como

presidente, em abril de 1964, Humberto Castelo Branco se referia às ações do governo nascido do golpe como um "remédio para os malefícios da extrema esquerda" (A REVOLUÇÃO, 1966, p. 33).

O cenário político atual é bastante diferente, a começar pelo fim da Guerra Fria. Mesmo que existam fissuras e disputas internacionais, não existe uma polarização semelhante à que marcou os embates entre Estados Unidos e União Soviética. Mesmo que a burguesia identifique certa "instabilidade civil" em diferentes partes do mundo, especialmente por mobilizações em diversos continentes ocorridas em 2019, elas se dão a partir de diferentes perspectivas e programas e não possuem uma direção centralizada, como a Internacional Comunista ou outras articulações internacionais do século XX. Os movimentos que vão se construindo em meio à pandemia se dão por fora dos partidos e organizações tradicionais, que, na prática, defendem o mesmo aparato estatal que os militares e a burguesia.

Entre as mobilizações dos trabalhadores que possam colocar em risco a frágil institucionalidade e a manutenção de Bolsonaro no poder, por agora a burguesia parece aceitar a segunda opção, enquanto esse tiver a disposição de realizar o programa reformas em serviços públicos e direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, qualquer intenção golpista que passe pela cabeça de Bolsonaro ou a retórica de seus filhos e seguidores não tem nenhum impacto na realidade. Essas declarações podem no máximo servir para manter mobilizada sua base social e tentar consolidar um núcleo coeso de sua militância.

REFERÊNCIAS

EXÉRCITO. **A Revolução de 31 de março**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Michel Goulart da. "Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina". **Contra a Corrente**, n. 10, 2013.

SILVA, Michel Goulart da. "Os militares brasileiros e a ´grande mentira´". In: SOUSA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart da. (org.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2011.

CAPÍTULO 2

O Revisionismo Contemporâneo
e a História Escrita pelos Militares

O REVISIONISMO CONTEMPORÂNEO E A HISTÓRIA ESCRITA PELOS MILITARES

O presidente Jair Bolsonaro e outros membros governo, bem como alguns parlamentares, com frequência se remetem de forma revisionista à ditadura militar iniciada com o golpe de 1964. Em grande medida, essas falas se remetem a livros, artigos, entrevistas e testemunhos de militares a respeito do golpe e da ditadura. Esses discursos expressam as interpretações e ideologias de uma parcela dos militares que vivenciaram sua carreira militar nas décadas de 1960 e 1970, e que tem como um de seus objetivos convencer as novas gerações de civis e de militares de que a historiografia que vem sendo divulgada pelas esquerdas e pelos pesquisadores acadêmicos a respeito do golpe e da ditadura seriam distorções do que teria "realmente acontecido".

Entre 1964 e 1985, uma ditadura comandada por militares e apoiada por uma parcela de civis governou o Brasil (SILVA, 2019). Em 1964, um golpe derrubou o governo trabalhista de João Goulart, também conhecido como Jango, que tinha como eixo político as "reformas de base", entre as quais a reforma urbana, a reforma educacional, entre outras. Com a ditadura, concretizou-se um projeto de desenvolvimento econômico e da infraestrutura industrial e urbana, calcado no endividamento externo e na intensificação da exploração da força de trabalho, e comandado por uma camada de tecnocratas na gestão da economia e da administração pública (SILVA, 2011).

Numa entrevista realizada em setembro de 2000, o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos mais famosos torturadores durante a ditadura e constantemente elogiado por Jair Bolsonaro, afirmava que "em 1964, fomos vencedores quando impedimos que, na marra, fosse implantada uma república sindicalista de cunho

marxista-leninista" (MOTTA, 2003, t. 5, p. 234). Contudo, depois dessa primeira vitória,

> infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações (Motta, 2003, t. 5, p. 234).

O General Agnaldo Del Nero Augusto afirma no livro *A grande mentira* (2001) que no contexto posterior ao fim da ditadura, utilizando a propaganda, que foi "a mesma arma que criou a *lenda dourada do comunismo*", os representantes das esquerdas "conseguiram atribuir a si mesmos o retorno do País ao pluralismo político e se autoproclamar angelicais defensores da democracia" (AUGUSTO, 2001, p. 16). Essa "grande mentira" construída pelos comunistas, "repetida de várias formas, em incontáveis oportunidades e nos diferentes meios de comunicação", acabaria por ganhar "foros de *verdade*" (AUGUSTO, 2001, p. 16). Como consequência, "os mais jovens, e boa parte dos atuais integrantes das Forças Armadas e os seus familiares, não vivenciaram aquelas situações e passaram a ser impregnados pela Grande Mentira com sua versão ideológica dos fatos" (AUGUSTO, 2001, p. 16).

Essas ideias produzidas por militares acerca do golpe de 1964 e da ditadura expressam um conjunto de ideias difundido, entre outras formas, por meio de livros e revistas publicados pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX), principal editora militar. Esses e outros conjunto de ideias procuram, de um lado, apontar para a necessidade de estabelecer "verdades" diante das supostas

distorções historiográficas que desqualificam as ações dos militares, propondo-se a esclarecer as gerações mais jovens acerca do passado. Segundo o Coronel José Fernando de Maya Pedrosa, "nem sempre as pessoas adotam a análise cuidadosa e imparcial da história como um biólogo estuda a célula ou um astrônomo, o sistema solar", parecendo "atitude corriqueira o alinhamento dos homens aos seus desejos e inclinações pessoais ou coletivas, mais do que à razão fundamentada no estudo isento dos fatos" (PEDROSA, 2008, p. 32-33).

Os discursos dos militares expressam um grande ressentimento, pois a sociedade teria deixado de reconhecer sua relevância política e a importância histórica de suas ações. Para os militares, mesmo tendo vencido "a guerra contra as organizações da esquerda", na Nova República estão "enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Congresso, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a 'anistia para os dois lados'" (CASTRO, 2008, p. 135). Esses militares entendem que ainda há lutas a serem travadas, dessa vez não no campo de batalhas, mas nas disputas de memória empreendidas contra aqueles que estariam constantemente desqualificando suas ações do passado (SILVA, 2020). Nesse ponto, os militares destacam a imprensa, que, segundo eles, teria contribuído nessas narrativas que desqualificam suas ações (CASTRO, 2008, p. 136).

Para difundir sua revisão dos acontecimentos da ditadura, os militares realizaram uma extensa produção de textos com pretensões historiográficas, sejam livros volumosos, sejam artigos de divulgação rápida publicados nas revistas militares, além de seus testemunhos orais. Esses autores revisionistas procuram estabelecer em seus discursos um estatuto de verdade, baseado na descrição "objetiva" dos acontecimentos, procurando narrar o que teria sido "sufocado" pelo "autoritarismo de esquerda" no poder.

Segundo os discursos produzidos pelos militares, ainda hoje os "comunistas" estariam apostando em formas de ação e propaganda no sentido de subverter a ordem pública, desqualificando as ações das Forças Armadas e apostando em uma política de mentiras e revanchismo. Para esses militares, apostar na subversão faria parte de uma espécie de natureza antidemocrática dos comunistas. Como resposta às formas contemporâneas de "subversão", os militares estariam sendo obrigados a mostrar as "verdadeiras" intenções dos comunistas, não apenas os desmascarando em suas ações políticas contemporâneas, como também mostrando às novas gerações suas tentativas de tomada do poder ao longo do século XX.

Os textos produzidos pelos militares não se limitam a narrar versões a respeito do golpe e justificá-lo a partir do argumento de uma ação preventiva diante do um suposto golpe a ser promovido pelas esquerdas. Os militares também elaboraram formas de legitimar política e historicamente os governos nascidos do golpe, justificando as ações repressivas como uma espécie de mal menor.

Os militares e civis que participaram dos governos ditatoriais procuram apresentar esse período como momento positivo e marcado por grandes conquistas para o Brasil. Para Armando Falcão, Ministro da Justiça no governo Geisel, "foram tempos de ordem, tempos de paz, tempos de segurança, tempos de prosperidade nacional" (MOTTA, 2003, t. 1, p. 219). Por outro lado, teriam sido "acertos da revolução", conforme o General Rubens Denys, "o restabelecimento do princípio de autoridade (...) o planejamento em nível de governo, para realizar o desenvolvimento social e econômico do País, visando o bem-estar da sociedade brasileira, integrar o País e minimizar os desníveis regionais" (MOTTA, 2003, t. 1, p. 184). Segundo o economista Antônio Delfin Neto, que ocupou diferentes cargos nos governos ditatoriais, "nosso país construiu uma indústria extremamente

sofisticada, ordenou seu mercado interno, chegou ao 8º PIB mundial e não foi gratuitamente, não foi brincando" (MOTTA, 2003, t. 5, p. 155).

Os militares teriam cumprido o papel que colocavam como objetivo; quando olham para os "governos da revolução", os militares os enxergam como um período de conquistas e vitórias. Em seus discursos, ressaltam estatísticas em termos sociais, políticos e econômicos, e vitórias contra as ameaças externas e movimentos que queriam pôr fim à "democracia" então vivida no país. Contudo, o inimigo interno insistentemente continuava a ameaçar a ordem política e social, o que teria obrigado o "processo revolucionário" a se estender até alcançar o que os militares considerassem uma "paz social". Nas palavras do Coronel Nilson Ferreira Mello,

> as realizações do movimento de 1964 são inúmeras e importantes, tanto pelo que foi feito quanto pelo que se impediu que se fizesse. Iniciado como uma reação à revolução comunista em marcha, seus efeitos, nos diversos campos das atividades nacionais, acabaram por justificar sua colocação como uma das mais importantes revoluções brasileiras, como a Guerra da Independência e a Proclamação da República (MELLO, 2005, p. 44).

Essa exaltação às "conquistas" dos governos da ditadura, em grande medida, dá-se em comparação ao período anterior. O Coronel Jarbas Passarinho, que também ocupou variados cargos ao longo da ditadura, criticando o período anterior, afirma:

> Quando o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a presidência da República, o Brasil

> era um país subdesenvolvido e vivia uma hiperinflação. Exportávamos sobremesa: café, açúcar e cacau, algo aquém de um bilhão de dólares. Éramos a 48ª economia do mundo. Importávamos quase todo o petróleo, gasolina, diesel e querosene (PASSARINHO, 2007, p. 74).

Referindo-se ao conjunto dos "governos revolucionários", o Coronel Nilson Mello divide suas "realizações" em dois aspectos: econômicos e sociais. Destaca as obras de engenharia, como ferrovias e rodovias, que "mudaram completamente o panorama dos transportes terrestres, facilitando o escoamento de produtos e estimulando a produção" (MELLO, 2005, p. 45). Também destaca a capacidade instalada de energia elétrica, que "expandiu-se a uma taxa de cerca de 700%, graças à construção de gigantescas usinas hidroelétricas, como Itaipu e Tucuruí" (MELLO, 2005, p. 45). Por outro lado, "cuidou-se de melhorar a matriz energética do país, muito calcada no petróleo, com a utilização de fontes alternativas de energia" (MELLO, 2005, p. 45). Destaca também os investimentos nas telecomunicações, por meio do Plano Nacional de Telecomunicações, bem como o planejamento governamental, por meio dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, bem como o combate à inflação (MELLO, 2005, p. 45). Por outro lado, salientando que a solução dos problemas sociais estaria relacionada com os recursos gerados pelo desempenho econômico, afirma que foi o regime governado pelos militares que

> [...] incorporou à Previdência Social (...) vinte milhões de trabalhadores rurais. E mais, promulgou o Estatuto da Terra e criou órgãos e instrumentos de ação social como o FGTS, o PIS/PASEP, o Sistema Nacional de Habitação e o BNH que, apenas nos

> cinco primeiros anos de funcionamento, construiu 750 mil casas populares (MELLO, 2005, p. 45).

Essas descrições, encontradas nos discursos contemporâneos de civis e militares acerca da ditadura, não trazem grandes novidades em relação à propaganda da própria ditadura a respeito de suas "conquistas". Nas palavras do General João Baptista Peixoto, fazendo em 1975 um balanço dos governos "revolucionários", teria cabido a esses "a gigantesca tarefa de promover as reformas estruturais indispensáveis para acelerar o desenvolvimento econômico e social do país, em ritmo consentâneo com o atual progresso do mundo" (PEIXOTO, 1975, p. 172). Em 1978, afirmava-se em outro documento: "o que se conseguiu fazer em quatorze anos configura uma obra incontestável, verdadeiramente admirável e empolgante, não só no campo da infraestrutura nacional, como em vários setores básicos do desenvolvimento econômico e social do País" (HALL, 1978, p. 41).

Se hoje discursos semelhantes ou mesmo iguais são parte das disputas políticas em torno da história e da memória da ditadura, décadas atrás a propaganda elaborada pelos governos repressivos foi parte da necessidade de legitimação do regime. No plano político, os governantes buscavam "encontrar mecanismos de legitimação que ultrapassassem o argumento, que se desgastava rapidamente, de que o regime era necessário para completar o processo de restabelecimento da ordem econômica e política ameaçada" (EARP, 2007, v. 4, p. 219). Para tanto, durante a ditadura,

> os integrantes do grupo de poder do regime militar se empenhavam em demonstrar que existiam pontos de conexidade entre a sua proposta de democracia e

> as realizações econômicas daquele período. O denominado "milagre econômico" era enfatizado como a ratificação dos propósitos da ditadura de uma nação em que prevalecesse a sua suposta democracia com responsabilidade (REZENDE, 2001, p. 115).

O "milagre brasileiro", assim chamado como analogia a fenômenos semelhantes ocorridos na Alemanha e no Japão depois da Segunda Guerra Mundial, foi "um período de vários anos consecutivos em que a economia do país (...) teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos" (BRUM, 1998, p. 322). Por outro lado, "a intensa divulgação do ufanismo oficial tinha o propósito de tornar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a aplicar excedentes de capital no país" (BRUM, 1998, p. 324). No caso do "milagre brasileiro", a economia "estava sendo movida basicamente com recursos externos – empréstimos, capital de risco e tecnologia importada" (BRUM, 1998, p. 324).

Os militares que pretendem produzir sua versão da história identificam no "desenvolvimento econômico sob inspiração militar" o fator positivo determinante do "sucesso" do regime (RODRIGUES, 2007). Também nesse ponto, a escrita do passado está informada pela doutrinada elaborada pela ESG, cujo eixo atravessa justamente os conceitos de segurança e desenvolvimento (SILVA, 2013). Embora possam ser feitas ponderações a respeito do papel exercido pela doutrina da ESG nas ações do governo, pelo menos os textos pretensamente historiográficos elaborados pelos militares trazem uma clara inspiração dessa doutrina.

Nesses textos, os militares olham para o passado procurando identificar algo que se encaixe na definição de

desenvolvimento, ou, mais precisamente, no que chamam de Desenvolvimento Nacional, um "processo global do fortalecimento e de aperfeiçoamento do Poder Nacional, particularmente de seus fundamentos (Homem, Terra e Instituições), visando à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais, e à consecução do Bem Comum" (ESG, 2000, p. 178). Esse processo se materializa por meio da Política de Desenvolvimento, entendida como "conjunto de objetivos e decisões governamentais que tem como propósito atender aos anseios de evolução e orientar e conduzir o processo global que visa à consecução do Bem Comum" (ESG, 2000, p. 178). Trata-se, portanto, da realização de ações em diferentes âmbitos que visam, entre outras coisas, a realização de certo progresso material e mesmo "espiritual", que responde ao planejamento e às ações daqueles que governam poder nacional, que, no entendimento da doutrina, devem ser as elites civis e militares.

Os militares procuram demonstrar que a ditadura teria sido um regime de salvação nacional, mostrando que suas ações colocaram fim à ameaça do "inimigo interno" e reorganizaram a vida nacional, supostamente ameaçada pelas investidas golpistas de parte da esquerda (SILVA, 2021). Contudo, o principal projeto dos militares, pensado desde a década de 1950, passava por transformar o país em uma "potência de porte médio". Dessa forma, as questões de segurança deveriam estar no centro de um projeto que visava fundamentalmente uma determinada forma de desenvolvimento econômico, elitista e excludente, o que exigia a conformação de um governo forte, como uma ditadura.

Portanto, a ditadura, ainda hoje comemorada pelos militares, possibilitou a consecução de um projeto político e social dos militares, contraditoriamente colocando o Brasil em destaque no cenário econômico mundial e alcançando certa estabilidade por eles almejada na situação política, ao mesmo tempo que também

aumentavam o endividamento externo do país e deixavam profundas marcas na situação dos trabalhadores, como os baixos salários, a falta de moradias, o desemprego, entre outras mazelas ainda enfrentadas pela população do país.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A. D. N. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTRO, C. "Comemorando a ´revolução´ de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros". *In*: FICO, C. *et al*. (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

EARP, F. S.; PRADO, L. C. D. "O ´milagre brasileiro`: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de Renda". *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ESG - Escola Superior de Guerra. **Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Luzes, 2000.

HALL, C. W. **A nação que se salvou a si mesma**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

MELLO, N. V. F. “Reflexões sobre o 40º aniversário da revolução de 1964”. **Revista do Exército Brasileiro**, vol. 142, setembro/dezembro, 2005.

MOTTA, A. M. (coord.). **1964 – 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

PASSARINHO, J. “História: movimento de 31 de março de 1964: recordando um estadista”. **A Defesa Nacional**, ano XCIII, n. 807, janeiro/abril, 2007.

PEDROSA, J. F. M. **O revisionismo histórico brasileiro**: uma proposta para discussão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

PEIXOTO, J. B. **Conquistas de uma década**: radiografia socioeconômica do Brasil revolucionário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Artenova, 1975.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985). Londrina: UEL, 2001.

RODRIGUES, F. “O desenvolvimento econômico sob inspiração militar”. **Revista do Exército Brasileiro**, vol. 144, maio/agosto, 2007.

SILVA, M. G. “Ditadura, história e esquecimento no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 1, 2020.

SILVA, M. G. “Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988”. **Aurora (UNESP)**, vol. 12, 2019.

SILVA, M. G. “Geopolítica, imperialismo e interdependência na América Latina”. **Contra a Corrente**, n. 10, 2013.

SILVA, M. G. “O anticomunismo e o golpe de 1964”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 6, n. 16, 2021.

CAPÍTULO 3

Reflexões Sobre o "Marxismo Cultural"

REFLEXÕES SOBRE O "MARXISMO CULTURAL"

Bolsonaro, às vésperas da posse como presidente, prometeu "combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino". Uma das falas mais recorrentes dos membros do governo e de seus apoiadores tem sido a de que a vitória eleitoral de Bolsonaro teria significado a derrota do "marxismo cultural", suposta inspiração teórica dos governos de FHC, Lula e Dilma. Segundo o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em um artigo publicado logo após a posse do governo, "o marxismo cultural governou por dentro de um sistema aparentemente liberal e democrático, construído por meio de corrupção, intimidação e controle de pensamento". Ricardo Vélez Rodríguez, na sua posse como Ministro da Educação, afirmou que o "marxismo cultural é uma coisa que faz mal para a saúde. A saúde da mente, do corpo e da alma". Segundo o agora ex-ministro, "somos pessoas individualizadas. O marxismo cultural passa a borracha em cima disso e nos considera massa. Nós não somos massa, somos indivíduos".

Esses fragmentos mostram parte das ideias do segmento que constitui um setor ideológico reacionário do governo Bolsonaro, do qual fazem parte o próprio Bolsonaro, seus filhos e o ex-ministro Weintraub. Esse setor apresenta o "marxismo cultural" como uma perspectiva assumida pela esquerda ao deixar de buscar o poder pelas armas, e passar a fazer sua disputa política no âmbito da cultura. O uso dessa expressão "data do início da década de 1990. Seus primeiros usuários são cristãos fundamentalistas, ultraconservadores, supremacistas – enfim, a extrema-direita estadunidense" (COSTA, 2020, p. 37-38). No entendimento desse setor,

> a instituição precursora do marxismo cultural foi a Escola de Frankfurt pelas seguintes razões: imigrou para os Estados Unidos em sua fuga ao nazismo, é constituída por judeus, combinou as teorias dos judeus Marx e Freud e, sobretudo, promoveu a arte moderna (combatida pelos nazistas, como já vimos), contaminando o espírito da contracultura dos anos 1960. Em suma, a Escola de Frankfurt seria uma instituição de fachada do comunismo (COSTA, 2020, p. 38).

Esse setor parte da tese fundamental

> de que todos os males da cultura – feminismo, ação afirmativa, liberação sexual, direitos LGBTQ, decadência da educação tradicional e ambientalismo – são responsabilidade da insidiosa influência da Escola de Frankfurt. Lukács e Gramsci também são responsáveis, mas têm peso menor porque não imigraram para os Estados Unidos. Os adeptos do marxismo cultura são acusados de ensinar sexo e homossexualidade às crianças, promover a destruição da família, controlar os meios de comunicação e promover o engodo de massas, esvaziar as igrejas e promover o consumo de bebidas (COSTA, 2020, p. 40).

Os defensores do "marxismo cultural" iriam pouco a pouco tomando o controle de instituições como escolas, universidades, editoras e a imprensa, além de influenciar as artes e o entretenimento. Segundo os conservadores que o combate, seriam expressões do "marxismo cultural" o petismo, a Rede Globo, o Partido Democrata dos Estados Unidos, a ONU e até mesmo a cinematografia de Hollywood.

A elaboração dessas teorias, quando relacionadas às posições defendidas por Bolsonaro, costuma ser atribuída a Olavo de Carvalho. O "guru" do presidente apresenta em seus textos discussões sobre a construção de uma certa "hegemonia cultural" de verniz gramsciano, ao perceber o crescimento desse referencial teórico dentro da esquerda, nos anos 1980. Segundo Carvalho (2014, p. 57), diferente do poder, "a hegemonia é o domínio psicológico sobre a multidão". O pretenso filósofo afirma que, para Gramsci, era preciso "amestrar o povo para o socialismo antes de fazer a revolução. Fazer com que todos pensassem, sentissem e agissem como membros de Estado comunista enquanto ainda vivendo num quadro externo capitalista" (CARVALHO, 2014, p. 57). Para tanto, "Gramsci exige que toda a atividade cultural e científica se reduza à mera propaganda política, mais ou menos disfarçada" (CARVALHO, 2014, p. 66). Como consequência dessas ações,

> em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. (...) Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes como toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso (CARVALHO, 2014, p. 162).

Contudo, antes de Olavo de Carvalho outros autores apresentaram discussões que contribuíram para as teorias mais recentes sobre a suposta dominação do "marxismo cultural". No livro Ocidente traído, publicado em 1980, Jorge Boaventura, colaborador da Escola Superior de Guerra e do Ministério da Educação durante a ditadura, apresenta contribuições nesse sentido.

Com prefácio do sociólogo Gilberto Freire, apoiador da ditadura, Boaventura faz uma longa análise sobre as mudanças táticas que vinham ocorrendo no debate realizado pelos comunistas, em especial a partir da influência do eurocomunismo, se referindo, por exemplo, a "planejada e pertinaz infiltração" nos veículos de comunicação (BOAVENTURA, 1980, p. 47). Em sua análise, afirma que a "abertura política", processo de transição política controlado pelos próprios ditadores, "do ponto de vista dos adeptos do marxismo-leninismo, não tem outro interesse senão o de permitir uma atuação mais desembaraçada de seus agentes" (BOAVENTURA, 1980, p. 48).

Soma-se a essas formulações, no caso do governo Bolsonaro, um conjunto de teorias conspiratórias elaboradas por militares da reserva, normalmente publicadas em livros e revistas da editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX), sobre uma suposta vitória da esquerda no processo de transição para a Nova República. Para esses setores, ainda que tenham conseguido vencer a guerra contra os "comunistas" no campo de batalha, teriam sido derrotados no debate sobre o período na opinião pública. Percebe-se que, depois da ditadura, "os discursos dos militares expressam um grande ressentimento, pois a sociedade teria deixado de reconhecer sua relevância política e a importância histórica de suas ações" (SILVA, 2011, p. 187).

Esses setores atribuem a derrota justamente à infiltração das esquerdas em igrejas, na imprensa e em outros órgãos e instituições, tendo como objetivo doutrinar as pessoas. Esse tipo de afirmação encontra-se, entre outros, no livro "Brasil sempre" (1987), de Marco Pollo Giordani, que tenta ser uma resposta aos resultados da larga e cuidadosa pesquisa do projeto "Brasil: nunca mais". Giordani, identificando a utilização do referencial gramsciano por parte das esquerdas, define o termo "infiltrar" como "introduzir, em cada organismo associativo da sociedade civil, militantes do PC,

estruturados em uma Organização de Base, que terão a si atribuídas as tarefas subsequentes de organizar, doutrinar e mobilizar os integrantes do organismo em pauta" (GIORDANI, 1986, p. 134). Nesse mesmo texto aparece a ideia de "doutrinar", entendida como "incutir, na mente das massas, os princípios da ideologia marxista, como se fosse a solução para todos os problemas do mundo" (GIORDANI, 1986, p. 141). O termo "doutrinação" é bastante comum nas denúncias dos setores que atualmente enxergam em tudo a presença do "marxismo cultural".

Embora coloquem o marxismo como centro da denúncia, essas teorizações veem como inimigo as ideias anteriores ao próprio nascimento de Karl Marx. Jorge Boaventura esclarece a origem do inimigo atualmente combatido por Bolsonaro, quando aponta que "o Ocidente cristão está sendo descristianizado e tornado materialista, diante de falsas elites paralisadas pelos erros com os quais se deixaram comprometer desde há muito" e da "superposição agnóstica ao quadro fundamental dos valores do Cristianismo (BOAVENTURA, 1980, p. 34). Para os ideólogos que combatem o "marxismo cultural", as revoluções burguesas teriam colocado em cena a dominação da filosofia materialista sobre a sociedade, deixando em risco os valores do Ocidente. Boaventura (1980, p. 178-179) afirma que o Ocidente estaria se descristianizando "por causa de um liberalismo impregnado de naturalismo, de egoísmo e de uma miopia histórica terrível que o mantinha, como ainda hoje o mantém, aparentemente sem consciência de que, a cada dia que passa, cava mais e mais a própria sepultura". Para esses setores, até mesmo a sistematização de um conhecimento científico, em especial a partir do Renascimento, associado ao fortalecimento da burguesia, é algo que coloca em risco seu idealismo religioso, assumindo posturas reacionárias em relação a qualquer coisa que tente explicar a realidade a partir de sua concretude. Por essa razão,

> o governo Bolsonaro desde o começou apresentou as Ciências Humanas como suas inimigas, explicitando o entendimento de que essas áreas do conhecimento cumpririam apenas o papel de doutrinar crianças e jovens, atribuindo a áreas como a História e Sociologia um caráter de ideologia "esquerdista". Para o governo e muitos de seus apoiadores, as Ciências Humanas seriam áreas do conhecimento dominadas pelas ideias de pensadores considerados perigosos, como Marx e Paulo Freire (SILVA, 2020, p. 80-81).

Em seu combate ao "marxismo cultural", esses setores mostram sua enorme dificuldade em analisar a realidade concreta, não percebendo que a postura dos partidos comunistas não tem relação com transformações nas posturas táticas trazidas pelo eurocomunismo, mas com o abandono da estratégia revolucionária pelo stalinismo e suas variantes muitas décadas antes. Em sua simplificação da realidade, os reacionários identificam equivocadamente o marxismo aos regimes burocráticos que governaram a União Soviética e seus satélites do Leste Europeu. Esses países foram governados por uma burocracia que, manipulando conceitos do marxismo para justificar seus próprios interesses materiais, ao conter ou até mesmo reprimir a mobilização independente dos trabalhadores, abriram as portas para a restauração capitalista.

Desde a década de 1920, a política stalinista havia atuado por controlar ou mesmo impedir revoluções e, quando chegaram ao poder, fazer uma política de "coexistência pacífica" com as potências imperialistas. Entre as políticas do stalinismo, uma das principais foi a das frentes populares, por meio de sua participação em governos burgueses.

Os reacionários, ao fazerem o combate contra o "marxismo cultural", estão fazendo o combate a uma versão deturpada de marxismo que, no final das contas, é uma versão da própria democracia burguesa. No limite, não seria equivocado afirmar que Bolsonaro, seu mentor e seus seguidores são completamente contrários até mesmo às conquistas da democracia liberal nascida das Revoluções Burguesas.

O combate dos reacionários contra o "marxismo cultural" esconde o medo do proletariado. Os reacionários entendem que a entrada em cena do proletariado pode vir a colocar em risco qualquer forma de dominação, como ocorreu na dinâmica europeia, que redundou nas revoluções de 1848. Emundo Burke, um dos principais pensadores do ideário conservador, crítico dos processos revolucionários francês, no final do século XVIII, afirmava em 1790:

> A ocupação de um cabelereiro, ou de um fabricante de velas – para não mencionar outras ocupações mais servis –, não pode ser motivo de honra para qualquer pessoa. Essas categorias de homens não devem ser oprimidas pelo Estado, embora este último sofra a opressão quando cidadãos como eles, individual ou coletivamente, têm a permissão de comandar" (BURKE, 2014, p. 71).

Esse desprezo por um governo de pessoas que ocupam profissões "servis" fica mais claro quando se verifica a forma como encara a desigualdade. Segundo Burke (2014, p. 72),

> a característica essencial da propriedade, resultante dos princípios combinados de sua aquisição e conservação, consiste em ser desigual. Por

> conseguinte, torna-se necessário protegê-la da possibilidade de qualquer perigo, uma vez excita a inveja e estimula a rapacidade.

Para essas ideologias reacionárias, qualquer forma de reformismo é uma ameaça ao mundo Ocidental. Elas expressam uma ideia de liberdade baseada em escolhas individuais, denunciando qualquer forma estatal como opressora e combatendo as organizações dos trabalhadores. Os reacionários muito comumente afirmam que suas ideias, um amálgama idealista de interpretações sem sentido, tem o mesmo status que o marxismo, que é uma compreensão científica da realidade. Coisa parecida dizem sobre o criacionismo em relação ao evolucionismo, afirmando que ambas seriam interpretações válidas. Usam para isso um discurso relativista semelhante àquele difundido pelos defensores do pós-modernismo, para os quais seria impossível investigar uma realidade concreta, se limitando a construir narrativas que apresentam interpretações parciais.

Contudo, este é um embate que não se resume a uma disputa de narrativas, mas que se dá entre racionalismo e irracionalismo, conhecimento científico e senso comum. Os defensores de um suposto domínio do "marxismo cultural" na sociedade partem de uma percepção completamente distorcida da realidade, mostrando uma total falta de compromisso com a análise e a interpretação do mundo concreto.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Jorge. **Ocidente traído**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.

CARVALHO, Olavo de. **A Nova Era e a revolução cultural**. 4ª edição. São Paulo: Vide Editorial, 2014.

COSTA, Iná Camargo. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil**: sempre. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

SILVA, Michel Goulart da. "Os militares brasileiros e a ´grande mentira´". *In*: SOUSA, Fernando Ponte de; SILVA, Michel Goulart. (orgs.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Em Debate / UFSC, 2011.

SILVA, Michel Goulart da. "Reflexões sobre a história das Ciências Humanas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 2, 2020.

CAPÍTULO 4

Reflexões Sobre o Movimento Escola Sem Partido

REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Em outubro de 2018, a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro possivelmente se constituiu no auge do recente crescimento da mobilização de setores conservadores no Brasil. Nos últimos anos, retornando às ruas, a direita "demonstrou o inegável crescimento, junto aos setores médios da sociedade brasileira, do ideário reacionário, que coaduna aspectos ultraliberais e tradicionalistas" (DEMIER, 2016, p. 18). Esse processo de crescimento do ideário conservador abarca "várias dimensões e áreas da vida social, no qual a cultura, tomada em um sentido amplo, aparece como espaço fundamental de atuação por parte dos ideólogos e difusores das concepções de mundo do capital" (DEMIER, 2016, p. 22).

O Escola Sem Partido é um dos fenômenos mais significativos do conservadorismo que vem crescendo politicamente no Brasil. O movimento se constitui na articulação de diversos segmentos sociais, entre os quais militantes de organizações de extrema direita e setores religiosos, bem como militares, que visa criar mecanismos de controle contra professores que supostamente fazem doutrinação ideológica nos espaços educativos. Essa censura à prática docente teria como objetivo garantir que a educação seja feita de forma neutra, sem que uma corrente ideológica possa se sobrepor a outras. Em termos práticos, significaria proibir a reflexão crítica nos espaços educativos, moldando crianças e jovens para que não problematizem a realidade em que estão inseridos. Essa preocupação estaria associada ao argumento

> de que há uma conspiração de esquerda que chegou ao poder com os governos recentes de presidentes do

> Partido dos Trabalhadores. Eles teriam chegado ao poder graças a uma mudança da estratégia adotada pela esquerda mundial e a referência para essa mudança seria o pensamento de Antonio Gramsci, que, segundo essa narrativa, recomendaria o fim de um conflito direto e uma lenta infiltração nas instituições (PENNA, 2017, p. 258).

O conjunto de ideias do movimento Escola Sem Partido tem circulado em diferentes partes do país, principalmente por meio de projetos apresentados em espaços legislativos municipais e estaduais, bem como em âmbito nacional. O texto dos projetos se assemelha bastante, sendo muitas vezes até mesmo iguais. Pode-se analisar como modelo o Projeto de Lei nº 193/2016, apresentado no Senado, em cuja justificativa se encontram alguns elementos mais significativos do que defende o movimento Escola Sem Partido. O projeto de lei parte da constatação de que

> é fato notório que professores e autores de materiais didáticos vêm se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes à determinadas correntes políticas e ideológicas para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

A essa constatação nunca comprovada, acrescenta-se uma forte preocupação com certos conteúdos que possam afetar a "conduta sexual". Diante dessa realidade, os formuladores do projeto de lei defendem que seria

> necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e

> ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Neste ponto, fica claro que não se preocupam com o conhecimento científico que se ensina na escola, mas com a moral e a cultura da casa, como se a escola fosse uma mera extensão da família. Como proposta concreta apresentada pelo movimento, estaria a proibição do ensino de certos temas, limitando "a liberdade de expressão dos docentes em sala de aula, o diálogo franco entre professores e alunos e o pensamento crítico" (FRANCO, 2017, p. 234). Além disso, o movimento Escola Sem Partido defende como obrigatória a apresentação de uma pluralidade de opiniões e, quando isso não for possível, que se apresente uma análise que seja supostamente neutra. Nessa lógica, o ensino do conhecimento científico acumulado pela humanidade, produzido por pesquisadores e filósofos das mais variadas linhagens políticas e teóricas, teria uma finalidade política de transformar os jovens em subversivos. No projeto de lei apresentado ao Senado, afirma-se que

> a doutrinação política e ideológica em sala de aula compromete gravemente a liberdade política do estudante, na medida em que visa a induzi-lo a fazer determinadas escolhas políticas e ideológicas, que beneficiam, direta ou indiretamente as políticas, os movimentos, as organizações, os governos, os partidos e os candidatos que desfrutam da simpatia do professor.

Percebe-se por esses excertos do projeto de lei do Escola Sem Partido que nele existem pelo menos três problemas. Primeiro,

expressa a preocupação de que o debate sobre gênero e sexualidade em sala de aula poderia levar os jovens a terem uma sexualidade fora da norma estabelecida socialmente. Segundo, enfatiza os perigos de a escola ensinar algo que entre em contradição com a educação de casa, numa estranha perspectiva de que o espaço educativo não seria um espaço de discussão e aprendizado de conhecimentos científicos. Terceiro, menospreza as escolhas e a própria inteligência dos jovens, ao entender que a mera tomada de contato com certas informações históricas ou filosofias os fará automaticamente aderir a certos movimentos sociais e políticos. Parte-se da percepção equivocada de que os jovens não são sujeitos históricos que se constroem na realidade, fazendo escolhas e construindo seu próprio caminho de vida, e sim subversivos em potencial (SILVA, 2008).

Nessa compreensão exposta pelo Escola Sem Partido, subjaz uma preocupação de que possam estar sendo difundidas no ambiente escolar ideologias consideradas perigosas. Contudo, esse raciocínio parte de uma compreensão equivocada do que seria ideologia, considerando-a como uma espécie de fenômeno pretensamente antagônico à neutralidade científica. Em uma definição simples, pode-se compreender ideologia como "visão social do mundo" (LÖWY, 1994, p. 12). Esse conceito de ideologia "circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado" (LÖWY, 1994, p. 13). Essa visão do mundo se refere a um conjunto relativamente coerente de ideias acerca do homem, da sociedade, da história, ligadas aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais. Neste caso, por mais que se apresentem como objetivos e neutros, as próprias posições tanto dos defensores do Escola Sem Partido são ideológicas, assim como a visão de qualquer pessoa diante dos fenômenos sociais.

Como proposta para sanar esse suposto problema na educação, o Escola Sem Partido propõe o cerceamento da liberdade dos professores em sala de aula, podendo inclusive levá-los à prisão, caso seja provado que tenham realizado "doutrinação". Embora, segundo os defensores do projeto, nada seja proibido, não se pode, por exemplo, apresentar em sala de aula conhecimentos científicos que mostrem as contradições do capitalismo e como as relações de produção tornam insuportável a vida dos trabalhadores. Para o Escola Sem Partido,

> tudo o que se refere a questionamentos de ordem política ou comportamental deve ser sistematicamente ceifado, extirpado, incluindo-se aí as contestações dos diversos movimentos sociais, os métodos educacionais construídos a partir de perspectivas dialógicas e as múltiplas orientações políticas de cunho progressista (FRANCO, 2017, p. 234).

O projeto de lei do Escola Sem Partido, discutido acima, que estava em tramitação no Senado, acabou por ser arquivado, pois, no entender do relator Cristovam Buarque, o programa contrariava a Constituição. Em paralelo, tramitava no Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7180/2014, que propunha alteração na LDB, incluído entre os princípios do ensino "o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa". O projeto de lei acabou sendo arquivado, pois não teve seu relatório votado na última legislatura. Ademais, em diversas câmaras municipais e assembleias legislativas em todo o país versões do projeto continuam a tramitar, sendo inclusive aprovados em

algumas localidades, a despeito de pareceres negativos dos mais diversos órgãos, como a Procuradoria Geral da República.

O Escola Sem Partido, enquanto manifestação do conservadorismo que vem crescendo nos últimos anos, aponta para a censura do livre debate e exposição de ideias, sendo um dos principais exponentes da teoria de uma suposta dominação do "marxismo cultural". São parte de uma cruzada reacionária que enxerga, de um ponto de vista filosófica, o materialismo e, de um ponto de vista metodológico, o conhecimento científico como ameaça para as pessoas (SILVA, 2020). Portanto, quando buscam tolher a livre circulação de informações e o debate em sala de aula, os defensores desse movimento então defendendo a manutenção da ordem, censurando qualquer manifestação que seja minimamente crítica, apontando para a necessidade de manter os antagonismos e a exploração na sociedade.

REFERÊNCIAS

DEMIER, Felipe Abranches. "O barulho dos inocentes: a revolta dos ´homens de bem´". *In*: DEMIER, Felipe Abranches; HOEVELER, Rejane. (orgs.). **A Onda Conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

FRANCO, Stella Maris Scatena. "Do arco-íris à monocromia: o Movimento Escola Sem Partido e as rações ao debate sobre gênero nas escolas". *In*: MACHADO, André Roberto; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (orgs.). **Golpes na História e na Escola**. São Paulo: Cortez, 2017.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 1994.

PENNA, Fernando de Araújo. "Escola Sem Partido" como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. *In*: MACHADO, André Roberto; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (orgs.). **Golpes na História e na Escola**. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Michel Goulart da. "O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar". **Germinal**, vol. 10, n. 3, 2019.

SILVA, Michel Goulart da. "Juventude, marxismo e revolução". **Revista Mosaico Social**, ano 4, n. 4, 2008.

SILVA, Michel Goulart da. "Reflexões sobre o marxismo cultural". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020.

CAPÍTULO 5

Reflexões Sobre a História das Ciências Humanas

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

No dia 24 de março, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ao qual está vinculado o CNPq, publicou uma portaria na qual define suas prioridades para o período de 2020 a 2023. No referido documento, o MCTIC estabeleceu como prioritários os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações voltados apenas para cinco áreas de tecnologia, excluindo as Ciências Humanas. Pela portaria, o MCTIC deverá centrar sua política de fomento, que ocorre principalmente por meio de bolsas e de apoio a projetos, em áreas de pesquisa aplicada. Isso não significa que áreas como Educação, Geografia, História, Sociologia, entre outras, estejam excluídas da política de fomento do MCTIC, mas que esses possíveis investimentos não são vistos de forma prioritária. Diante das críticas feitas à portaria, se apresentou uma nova redação, que afirma: "são também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais". Contudo, essa formulação genérica é insuficiente e não garante às diferentes áreas das Ciências Humanas que seus projetos receberão fomento (SILVA, 2020).

O governo Bolsonaro desde o começou apresentou as Ciências Humanas como suas inimigas, explicitando o entendimento de que essas áreas do conhecimento cumpririam apenas o papel de doutrinar crianças e jovens, atribuindo a áreas como a História e Sociologia um caráter de ideologia "esquerdista". Para o governo e muitos de seus apoiadores, as Ciências Humanas seriam áreas do conhecimento dominadas pelas ideias de pensadores considerados perigosos, como Marx e Paulo Freire

(SILVA, 2019). Em sua escalada de combate ao racionalismo e à ciência, baseando suas ações políticas numa fé abstrata, o governo acaba ideologicamente se colocando em contradição até mesmo com as ideias iluministas, portanto, da própria burguesia.

As áreas do conhecimento chamadas de Ciências Humanas começaram a se consolidar como campo científico com o ascenso da burguesia, em torno do século XV. O Renascimento foi um marco desse processo. Nesse período, inicia-se o abandono do conhecimento baseado em abstrações religiosas, passando-se a basear-se em pesquisas e análises da realidade material. Segundo Engels (2005, p. 21-22),

> com a ascensão da burguesia, produziu-se o grande ressurgimento da ciência. Voltava-se a cultivar a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia, a fisiologia. A burguesia necessitava, para o desenvolvimento de sua produção industrial, de uma ciência que investigasse as propriedades do corpo físico e o funcionamento das forças naturais. Mas, até então, a ciência não havia sido mais que a servidora humilde da Igreja, não lhe sendo prometido transpor as fronteiras estabelecidas pela fé; em outras palavras, havia sido tudo menos uma ciência. Agora, a ciência se rebelava contra a Igreja; a burguesia precisava da ciência e se lançou com ela na rebelião.

Entre as Ciências Humanas, possivelmente a primeira área do conhecimento a se consolidar foi a Economia Política, destacando-se nomes como Adam Smith e David Ricardo. Uma burguesia que vinha gradativamente ampliando seu espaço na sociedade e vendo as grandes fábricas paulatinamente superarem a organização artesanal da produção, necessitava compreender

cientificamente esse processo. Em suas obras centrais, Smith e Ricardo, bem como outros pensadores, possibilitaram a compreensão da organização do trabalho e da produção da riqueza. Contudo, as análises desses pensadores eram limitadas aos interesses da burguesia, afinal não faria sentido aprofundar essa compreensão em todas as suas contradições e, dessa forma, decifrar a complexidade do processo de exploração e explicar para os trabalhadores a possibilidade da revolução dos explorados. Nesse processo, portanto, "os interesses de classe, que nas ciências sociais se expressaram muito mais direta e imperiosamente do que nas ciências naturais, bem cedo frearam o desenvolvimento do pensamento econômico da sociedade burguesa" (TROTSKY, 2015, p. 227).

Com a conquista do poder do Estado pela burguesia, a partir das Revoluções Burguesas, entre os séculos XVII e XIX, a própria Economia Política entra em decadência, se tornando uma mera apologia ideológica dos interesses de sua classe. Na Inglaterra, segundo Marx (2003, p. 85),

> sua economia política clássica coincide com o período em que a luta de classes ainda não estava desenvolvida. Seu último grande representante, Ricardo, converte afinal, conscientemente, a antítese entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra em ponto de partida de suas investigações, concebendo essa antítese, ingenuamente, como uma lei natural da sociedade. Com isso, porém, a ciência burguesa da economia chegara a seus limites intransponíveis.

O processo de consolidação do poder da burguesia contribuiu para a constituição de uma série de áreas do conhecimento, incluindo as chamadas Ciências Humanas. Contudo,

o desenvolvimento dessas áreas associa-se às necessidades da burguesia no poder. Segundo Marx (2003, p. 86), no que se refere à Economia Política,

> na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial.

Esse processo também impactou as demais áreas das Ciências Humanas. Trotsky (2015, p. 190) afirma que "a investigação social dedicou primeiramente seus esforços para a justificação da sociedade surgida historicamente, a fim de preservá-la contra ataques de 'teorias destrutivas'". Um exemplo desse impacto nas Ciências Humanas é a História, cujas raízes podem ser encontradas nas narrativas da Antiguidade ou em memorialistas durante o Antigo Regime, e que ganhou corpo como ciência ao longo do século XIX, passando a cumprir papel decisivo na construção de narrativas e tradições culturais. Em processos como o de unificação da Alemanha (1871) a contribuição de historiadores foi decisiva. Outro exemplo é a Antropologia, que, ao permitir o conhecimento sobre as culturas e tradições de diferentes povos, cumpriu papel central para que a burguesia levasse a cabo sua política imperialista, no final do século XIX.

Outro campo que cumpriu papel decisivo para os interesses da burguesia foi a Sociologia, que procurava analisar as consequências do desenvolvimento capitalista na Europa, se ocupando de temas como a organização do trabalho, o papel do Estado sobre a sociedade e, até mesmo, as causas do suicídio. O diagnóstico sobre os problemas da sociedade era fundamental para o capitalismo em expansão no século XIX, ainda que fosse preciso, em paralelo, construir ideologias de naturalização das contradições da sociedade, prometendo sua melhoria por dentro da ordem vigente.

Com o advento do marxismo e de outras formulações teóricas críticas e sua introdução em diversos campos do conhecimento, abriu-se a possibilidade de apontar para formas de superação tanto do conservadorismo teórico e metodológico dessas áreas do conhecimento como da própria sociedade. Contudo, o marxismo, ainda que tenha se mostrado uma ferramenta importante para explicar as contradições da sociedade e apontar para formas de superar essa situação, permanece marginalizado nos meios acadêmicos, que expressam, de forma distorcida, a luta de classes e a dominação burguesa. Nesses meios, apesar da conquista de algum espaço, geralmente o marxismo é tratado como uma mera "ideologia", sendo desconsiderado o seu caráter científico.

Portanto, as Ciências Humanas, em sua consolidação como campo científico, estão profundamente associadas ao desenvolvimento do capitalismo, sendo centrais na manutenção do poder pela burguesia. O atual combate de Bolsonaro e de seus apoiadores contra as Ciências Humanas, portanto, mostra uma compreensão um tanto quanto retrógrada da questão, afinal essas áreas do conhecimento estão associadas à dinâmica das Revoluções Burguesa. Ademais, a suposta dominação dessas áreas pelo marxismo ou por outras teorias consideradas subversivas não passa de uma ilusão que tem mais relação com o embate político

contemporâneo do que com a realidade concreta.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

SILVA, Michel Goulart da. "O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar". **Revista Germinal**, vol. 10, n. 3, 2019.

SILVA, Michel Goulart da. A pandemia e a importância das Ciências Humanas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

TROTSKY, Leon. **Escritos filosóficos**. São Paulo: Editora Iskra, 2015.

CAPÍTULO 6

A Pandemia e a Importância das Ciências Humanas

A PANDEMIA E A IMPORTÂNCIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Diante do rápido avanço da COVID-19 no Brasil, uma das medidas assumidas pelo poder público foi a de desenvolver ações visando o fomento à pesquisa e à inovação, buscando minimizar os impactos da pandemia. Parte dessas ações se concretizaram em editais emergenciais publicados por órgãos de fomento como CNPq, CAPES e algumas agências públicas de âmbito estadual. Contraditoriamente, antes da pandemia o discurso mais comum entre os governantes passava por afirmar que estavam escassos os recursos disponíveis para os orçamentos de universidades e os institutos federais, bem como para bolsas e para o fomento à pesquisa.

Com base neste discurso supracitado, ano após ano universidades e institutos federais tiveram seus orçamentos contingenciados ou mesmo cortados, gerando impactos diretos em pesquisas de instituições públicas que, neste momento, poderiam estar dando respostas mais rápidas diante do avanço do novo coronavírus, SARS-COV-2, causador da doença conhecida pelo acrônimo em inglês COVID-19 - Coronavírus Disease 2019 (SENHORAS, 2020).

Contudo, a maior parte dos editais de apoio publicados até o momento carregam a contradição de estarem limitados ao desenvolvimento de tecnologia e inovação. Embora alguns editais contemplem aspectos relacionados às Ciências Humanas, são minoritários em relação ao conjunto de investimentos. Uma das chamadas publicadas pelo CNPq tinha como objetivo “apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País, no enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras

síndromes respiratórias agudas graves". A CAPES, por sua vez, lançou um conjunto de editais dentro do Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, por meio da concessão de bolsas. Estes editais fomentariam projetos de pesquisas voltados ao diagnóstico e ao tratamento de doenças infecciosas, ao desenvolvimento de remédios e vacinas, e o desenvolvimento de equipamentos e tecnologias na prevenção no combate a epidemias e pandemias.

Certamente estas são demandas necessárias e urgentes, e devem ser prioridades; mas serão totalmente inofensivas se o poder público ou mesmo os pesquisadores não conhecerem a realidade em que serão aplicadas essas tecnologias e inovações. Nenhum dos editais está voltado às áreas conhecidas como Ciências Humanas, em grande medida por conta da definição de áreas de Tecnologias Prioritárias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Áreas que não sejam as tecnológicas são tratadas como temas transversais, sendo passíveis de apoio alguns projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais, desde que contribuam diretamente para pesquisas das Áreas de Tecnologias Prioritárias. Concretamente, "isso não significa que áreas como Educação, Geografia, História, Sociologia, entre outras, estejam excluídas da política de fomento do MCTIC, mas que esses possíveis investimentos não são vistos de forma prioritária" (SILVA, 2020).

Na lógica apresentada pelo MCTIC, até mesmo parte dos projetos de Ciências Exatas enquadradas em áreas básicas, como Matemática e Física, a despeito de sua importância crucial para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, podem ser consideradas como menos importantes pelas agências de fomento. Essas pesquisas são realizadas "sem objetivo prático imediato, o que, por isso mesmo, conduz a descobertas radicalmente novas que serão o ponto de partida de transformações técnicas naturalmente

imprevisíveis" (BLOCH, 1980, p. 41). Como ocorre com as Ciências Humanas, essas áreas, que não possuem um caráter experimental direto, procuram refletir sobre aspectos mais elementares da realidade, sem disso apresentar necessariamente um produto. Não seria exagero afirmar que "todos os progressos técnicos atuais, inclusive nas indústrias de ponta que são a eletrônica, a informática, ou o desenvolvimento da indústria nuclear baseiam-se nas descobertas da pesquisa fundamental" (BLOCH, 1980, p. 42).

Pode parecer estranho reivindicar a importância das Ciências Humanas, diante das necessidades de produção de tecnologias e inovação, especialmente considerando a campanha de difamação a que essas áreas foram submetidas nos últimos anos, por meio dos discursos que as identificam como meras ferramentas de difusão de ideologias, e não como um campo do conhecimento moderno[1]. O desenvolvimento teórico e metodológico dos últimos dois séculos nas diversas Ciências Humanas tem sido fundamental para a compreensão dos aspectos econômicos, políticos e sociais da realidade. Embora essa relação fique mais clara em áreas como a Economia e a Sociologia, cujas pesquisas eventualmente podem inclusive ter uma utilidade prática imediata, áreas como Geografia e História, entre outras, "em sua consolidação como campo científico, estão profundamente associadas ao desenvolvimento do

[1] Embora também seja objeto de ataque realizado por governos e outros agentes públicos, o centro do combate à suposta doutrinação em escolas, tendo as Ciências Humanas como principal objeto das críticas, está centrada no movimento Escola Sem Partido, que é "um dos fenômenos mais significativos do conservadorismo que vem crescendo politicamente no Brasil. O movimento se constitui na articulação de diversos segmentos sociais, entre os quais militantes de extrema direita, como o MBL, e setores religiosos, que visa criar mecanismos de controle contra professores que supostamente fazem doutrinação ideológica nas escolas. Essa censura aos espaços institucionais de ensino teria como objetivo garantir que a educação seja feita de forma neutra, sem que uma corrente ideológica possa se sobrepor a outras. Em termos práticos, significaria proibir a reflexão crítica nos espaços escolares, moldando crianças e jovens para que não problematizem a realidade em que estão inseridos" (SILVA, 2018, p. 169-170).

capitalismo, sendo centrais na manutenção do poder pela burguesia" (SILVA, 2020).

Diante da atual situação, a exigência de apresentar respostas rápidas pode gerar desconforto em pesquisadores das mais variadas áreas, devido à dificuldade de coletar os dados ou da urgência de experimentações necessárias para solucionar os problemas que são colocados. Contudo, qualquer pesquisa de qualquer área do conhecimento, ainda que indiretamente, responde a demandas concretas, sendo diferente neste momento apenas o fato de que os resultados precisam ser muito mais rápidos. Retirar as Ciências Humanas do apoio prioritário das agências de fomento pode ser entendido como um grave equívoco, na medida em que, por meio dos editais de apoio que vem sendo publicados, serão desenvolvidas tecnologias e inovações que talvez não levem em conta os diversos aspectos da dinâmica da sociedade, seja aquela que atualmente enfrenta a epidemia, seja aquela que emergirá desse contexto.

Considerando que o desenvolvimento de tecnologia e inovação vem sendo tratado como uma política pública que necessita de uma atenção urgente do Estado, essas medidas necessitam levar em conta a dimensão das dinâmicas econômicas, sociais e políticas em que estão inseridas. Não custa lembrar que "o valor social da ciência, seu valor histórico, é determinado pela sua capacidade de aumentar o poder do homem e para armá-lo com a capacidade de prever os acontecimentos e dominar a natureza. A ciência é um conhecimento que nos dá poder" (TROTSKY, 2015, p. 192).

Concretamente, existe a necessidade de pensar as políticas públicas em seu conjunto e, para tanto, é necessário problematizar temas que podem ser estudados somente a partir das teorias e dos métodos específicos das Ciências Humanas. O campo de possiblidades é vasto, mas pode-se destacar temas como as relações

de trabalho, a situação das famílias, os impactos do coronavírus na organização do espaço urbano e rural, entre outros. Além disso, todas as decisões sobre investimentos públicos precisam considerar os aspectos econômicos, políticos e sociais; ou seja, qualquer ação de governo deve levar em conta um diagnóstico preciso do que acontece na sociedade. No combate à pandemia, a escassez de dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde mostra que o governo ou não possui as informações que precisa, ou as possui de forma parcial e limitada, ou as possui e vem omitindo parte delas para a sociedade.

O diagnóstico amplo sobre a sociedade é fundamental também no que se refere ao próprio desenvolvimento de tecnologia e inovação. Em relação aos respiradores, por exemplo, o poder público precisa saber quais os locais onde são necessários, qual a quantidade necessária em cada município, e se uma determinado quantidade precisa apresentar características específicas. Pode-se planejar a fabricação de materiais de cuidados básicos, como sabão, álcool em gel, máscaras e luvas. Pode-se, enfim, planejar o desenvolvimento de tecnologias e inovação a partir da estrutura pública e das necessidades concretas de cada região. Contudo, nada disso é possível sem que se tenha um diagnóstico preciso da situação econômica, social e política. No combate à pandemia, é necessária uma intervenção de caráter multidisciplinar, no que se refere às políticas públicas, em que a compreensão acerca da sociedade deve auxiliar o desenvolvimento de tecnologias e inovações. Os diferentes campos do conhecimento possuem, em maior ou menor grau, relações uns com os outros, afinal todos se ocupam de analisar a realidade concreta, sendo que

> a separação das ciências uma da outra é determinada, precisamente, pelo fato de que cada ciência abarca um campo particular de fenômenos,

> ou seja, um campo de combinações complexas de fenômenos elementares de tal natureza que cubram uma abordagem especial, uma técnica especial de investigação, hipóteses e métodos especiais (TROTSKY, 2015, p. 200).

Portanto, a despeito das ações positivas que vem sendo realizadas no que se refere à pesquisa e inovação, com importantes investimentos públicos, é preciso refletir de forma mais profunda sobre o que se pretende com esses investimentos e até mesmo quais são as prioridades a serem estabelecidas. Mais precisamente, é deve-se encarar o debate como a necessidade de pensar uma política pública, em seu sentido amplo, desenvolvendo formas de combater em seu conjunto a COVID-19. Por isso, ao mesmo tempo em que se investe em tecnologia e inovação, é fundamental conhecer os impactos da doença na sociedade, os diferentes aspectos afetados pelo isolamento social na vida das pessoas, a dinâmica econômica e social, e, principalmente, qual a sociedade que vai emergir quando conseguirmos superar esses problemas.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Gerárd. **Ciência, luta de classes e revolução**. São Paulo: Palavra, 1980.

SENHORAS, Elói Martins. "Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

SILVA, Michel Goulart da. "Bolsonaro e os ataques às Ciências Humanas". **Foice & Martelo**, n. 3, edição especial, abril, 2020.

SILVA, Michel Goulart da. “O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar”. **Germinal**, vol. 10, n. 3, 2019.

TROTSKY, Leon. **Escritos filosóficos**. São Paulo: Iskra, 2015.

CAPÍTULO 7

O Papel do Historiador Diante da Pandemia

O PAPEL DO HISTORIADOR DIANTE DA PANDEMIA

A pandemia da COVID-19, provocada pelo novo coronavírus, SARS-COV-2 (SENHORAS, 2020; LUIGI; MARANHÃO, 2020) tem mobilizado pesquisadores das mais diversas áreas em todo o mundo, com o objetivo de apresentar soluções dentro de suas áreas específicas para a crise. Para algumas áreas do conhecimento o campo de ação é mais claro do que para outras, afinal podem apresentar respostas imediatas e concretas, como ocorre com Engenharia, Saúde e Ciências Biológicas. Dessas áreas se espera ações imediatas no sentido de fabricar equipamentos que auxiliem no tratamento e na prevenção e remédios e vacinas que possam conter a doença. No caso das Ciências Humanas a situação é diferente, afinal essas áreas não têm condições de apresentar resultados que sejam palpáveis e imediatos. Contudo, essas áreas mantêm importância fundamental para analisar os processos e contradições que provocaram a pandemia e problematizar os efeitos desta sobre a sociedade (SILVA, 2020).

Entre as Ciências Humanas, uma que aparentemente tem maiores dificuldades de encontrar seu lugar em meio à pandemia é a História, diante de pelo menos dois problemas que afetam sua prática profissional. Por um lado, a impossibilidade de acesso às fontes, na medida em que os principais acervos – bibliotecas, museus, arquivos, entre outros – encontram-se fechados ou com acesso limitado. Por outro lado, o uso de fontes orais é limitado pela necessidade de quarentena em vigor, com suas diferentes fases de fechamento e flexibilização, desde o mês de março, dificultando o contato próximo entre as pessoas e, consequentemente, a realização de entrevistas.

Diante dessa situação, cabe ao historiador buscar as fontes de suas pesquisas por meio de mecanismos alternativos, sendo facilitado pelo desenvolvimento tecnológico. No caso dos acervos, muitos têm fontes organizadas, digitalizadas e disponibilizadas em espaços virtuais. Quanto às entrevistas, podem ser realizadas por meio de aplicativos de conversa e de videoconferência. Contudo, ainda que seja possível essas formas alternativas, elas esbarram, por um lado, no fato de somente parte dos acervos ser digitalizado ou nas dificuldades técnicas ou mesmo a frieza do mecanismo virtual no estabelecimento das conversas.

Contudo, mesmo que seja possível acessar as fontes, fica para o historiador a questão de como pode efetivamente contribuir no processo de superação da pandemia, afinal os produtos de sua pesquisa não intervêm de forma direta para salvar vidas. Certamente não é possível encarar a História como uma ciência funcional, ou seja, que vai produzir objetos para uso imediato da população. Contudo, ela pode apresentar soluções indiretas para alguns dos problemas enfrentados pela sociedade neste momento. O historiador pode auxiliar na compreensão de processos econômicos, políticos e sociais, passados ou ainda em andamento, que permitem analisar a realidade contemporânea ou mesmo as ações da sociedade e do Estado no combate à pandemia. Pode-se investigar a trajetória de políticas públicas, a situação econômica, as mobilizações de classes ou de outros segmentos sociais, ou seja, diferentes elementos que necessitam de uma compreensão da relação entre passado, presente e futuro. Analisar os impactos e dinâmicas sociais relacionados a outros surtos, epidemias e pandemias ao longo da História pode ajudar a compreender o papel contemporâneo de políticas como a de isolamento, os tratamentos de saúde ou a relação desses fatores com os problemas sociais construídos ao longo de décadas ou mesmo séculos. Permite ainda investigar as ações, em diferentes lugares e contextos históricos, que Estados e governos adotaram não apenas no combate direito

contra as doenças, mas também para garantir questões básicas para a manutenção da sociedade, como alimentação, emprego e salário das populações.

Um elemento que se destaca nessa discussão é justamente o caráter multidisciplinar, ou seja, a compreensão de que as diversas áreas das ciências não podem ser estudadas de forma isolada. Deve-se considerar que "a ciência não é uma função de cientistas individuais; é uma função social. O valor social da ciência, seu valor histórico, é determinado pela sua capacidade de aumentar o poder do homem e para armá-lo com a capacidade de prever os acontecimentos e dominar a natureza" (TROTSKY, 2015, p. 192). No que se refere à História, além da relação com as demais Ciências Humanas, que contribuem na coleta de dados, também pode ser fundamental parte dos conhecimentos produzidos mesmo pelas ciências Exatas e da Saúde. Essa colaboração entre os campos permite compreender os processos em sua maior complexidade, intervindo no combate à pandemia de forma mais eficiente.

Portanto, ainda que estejam em quarentena, os historiadores podem contribuir no combate à pandemia, auxiliando a sociedade a entender os acontecimentos do presente em sua historicidade. Pode-se afirmar que "a história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador" (KOSELLECK, 2006, p. 43). Mesmo que não possa intervir diretamente no combate à doença, o historiador pode cumprir o papel de elucidar processos, ações e contradições, afinal "é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico" (KOSELLECK, 2006, p. 313). Neste momento, em que parece haver uma certa obscuridade, em que o futuro se mostra incerto, compreender o passado pode ser fundamental para que as pessoas possam construir perspectivas de futuro.

REFERÊNCIAS

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

LUIGI, Ricardo; SENHORAS, Elói Martins. "O novo coronavírus e a importância das organizações internacionais". **Nexo Jornal** [17/03/2020]. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>. Acesso em: 08/06/2020.

SENHORAS, Elói Martins. "Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

SILVA, Michel Goulart da. "A pandemia e a importância das Ciências Humanas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, 2020.

TROTSKY, Leon. **Escritos filosóficos**. São Paulo: Iskra, 2015.

CAPÍTULO 8

Trotsky, a Pandemia e o Capitalismo em Crise

TROTSKY, A PANDEMIA E O CAPITALISMO EM CRISE

A pandemia provocada pelo coronavírus explicitou o caráter destrutivo do capitalismo. Parece uma contradição que, mesmo com o desenvolvimento tecnológico que se alcançou nos últimos séculos, pessoas ainda morram em função de uma epidemia sobre a qual, a despeito de suas particularidades, se faz alertas há anos. Contudo, uma análise que parta do marxismo não vê contradição nisso. O processo de exploração capitalista suga a vida dos trabalhadores, não se importando se isso leva ao adoecimento ou mesmo à morte, sendo as crises cíclicas uma forma de diminuir os custos de produção. Marx e Engels destacavam que "cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas" (MARX; ENGELS, 2005, p. 45). Para os capitalistas, o lucro precisa ser elevado o máximo possível, ampliando a exploração, por meio da reorganização do trabalho e da retirada de direitos até então garantidos pelo Estado.

O cenário atual, com a onda de desemprego e de retirada de direitos, em que os trabalhadores se veem desolados ou mesmo desesperados, lembra em grande medida aquele no qual Trotsky escreveu o *Programa de transição*, principal documento de fundação da IV Internacional, em 1938. O contexto em que foi escrito esse documento estava marcado pelo ascenso do nazismo e pelas tensões que levaram no ano seguinte à Segunda Guerra Mundial. Trotsky, diante desse cenário, afirmou, logo nas primeiras páginas:

> As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos não conduzem mais a um crescimento da

> riqueza material. As crises conjunturais, nas condições da crise social de todo o sistema capitalista, oprimem as massas com privações e sofrimentos cada vez maiores (TROTSKY, 2008, p. 15).

O processo de construção da IV Internacional foi impulsionado pela crise do Partido Comunista da União Soviética e da Internacional Comunista provocada pela burocratização stalinista. Foram fatores decisivos para o processo de construção da IV Internacional o combate aos métodos autoritários utilizados pelo stalinismo na condução do governo e do partido soviéticos, a derrota da revolução chinesa de 1927 e os erros políticos dos comunistas alemães que contribuíram para a chegada de Hitler ao poder. Nesse momento, além da ameaça dos fascismos em todo o mundo, entre os trabalhadores havia uma grande desilusão com a socialdemocracia e com os partidos comunistas. Diante desse cenário, afirmava Trotsky (2008, p. 15): "A situação política mundial em seu conjunto caracteriza-se principalmente pela crise histórica da direção do proletariado".

O *Programa de transição* apresentava como princípio a articulação das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores com aquelas que apontassem para a superação do sistema capitalista. Trotsky assim explicava:

> A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho programa "mínimo" na medida em que elas conservam algo de sua força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais, mas realiza este trabalho cotidiano no marco de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. Na medida em que as reivindicações parciais – "mínimas" – das

> massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isso ocorre a cada passo –, a IV Internacional propõe um sistema de *reivindicações transitórias*, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as bases do regime burguês. O velho "programa mínimo" é constantemente superado pelo programa de transição, cujo objetivo consiste numa mobilização sistemática das massas para a revolução proletária (TROTSKY, 2008, p. 21).

A pandemia provocada pelo coronavírus exacerbou a crise econômica, que se arrasta sem que os capitalistas consigam apresentar qualquer solução, desde pelo menos 2008. A crise econômica abalou a economia de países que, poucos anos antes, tinham atacado os trabalhadores com a retirada de direitos trabalhistas, e privatizado, total ou parcialmente, serviços como saúde e educação. Enquanto o Estado salvava bancos e empresas, estivessem os postos de governo ocupados por partidos de direita ou de esquerda, os trabalhadores cada vez mais eram arrastados para a pobreza e para piores condições de trabalho. Esse cenário de crise, marcado pelo avanço da pobreza e da omissão do Estado no que se refere a algumas políticas públicas mínimas, se mostrou propício para que se espalhasse o novo coronavírus.

Em diversos países, as tímidas políticas estatais, em especial por meio de programas assistenciais, como o Bolsa Família no Brasil, que dividem os restos de migalhas deixados por banqueiros e burgueses, se mostraram incapazes de diminuir os impactos sobre o número crescente de trabalhadores pobres e de desempregados. Essas políticas de reformas, ainda que possam melhorar a situação imediata dos trabalhadores como solução momentânea, pouco depois são reduzidas ou mesmo retiradas. Trotsky afirmava: "A crise atual, que ainda está longe do seu fim, já demonstrou que a

política do *New Deal* nos EUA, assim como a política da Frente Popular na França, não oferece qualquer saída ao impasse econômico" (TROTSKY, 2008, p. 16).

Uma emergência internacional, como a causada pela pandemia do coronavírus, mostra que o Estado enquanto amenizador da miséria chegou a seu limite. Depois de todos os ataques promovidos em nome do lucro da burguesia, a pandemia encontra grandes aglomerações de pessoas sem saneamento básico, um sistema de saúde dominado por setores privados, universidades e centros de pesquisa sucateados, o crescimento constante de trabalhadores informais e um sistema de seguridade social enfraquecido pelo capital financeiro. Chegou-se a um cenário em que apenas uma política emergencial que mexa nos lucros da burguesia e aponte para a superação do capitalismo pode impedir o avanço da morte de milhares ou mesmo milhões de pessoas. Trotsky (1994, p. 28) afirmava, em texto publicado poucos anos antes do *Programa de transição*:

> Se os meios de produção continuam em mãos de um pequeno número de capitalistas, não há salvação para a sociedade. Ela está condenada a seguir de crise em crise, de miséria em miséria, de mal a pior. De acordo com cada país, as consequências da decrepitude e decadência do capitalismo se expressam sob formas diversas e com ritmos desiguais. Porém, o fundo do processo é o mesmo em todos os lados. A burguesia conduziu a sociedade à bancarrota. Não é capaz de assegurar ao povo nem o pão nem a paz.

Qualquer saída para os trabalhadores passa pela apropriação dos lucros dos capitalistas, implementando um amplo sistema de proteção à saúde e ao emprego, além da garantia de salário e

trabalho para todos. Uma ação como essa visa garantir a sobrevivência material de bilhões de trabalhadores em todo o mundo. No contexto da década de 1930, marcado pelo fascismo e pela iminência da guerra, Trotsky (2008, p. 23) apontava que

> trata-se de preservar o proletariado da decadência, da desmoralização e da ruína. Trata-se da vida e da morte da única classe criadora e progressiva, e, por isso mesmo, do futuro da humanidade. Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo criou, que morra!

Apesar desse cenário em que a barbárie se avizinha no horizonte, o Estado continua a garantir que as empresas paralisadas ou com funcionamento parcial não quebrem, colocando o lucro da burguesia em patamar de importância superior à saúde e à vida dos trabalhadores. Nessa situação, as principais organizações construídas historicamente pelos trabalhadores, em especial os partidos e os sindicatos, se mostram inertes diante do crescimento da miséria e da retirada de direitos. Trotsky (2008, p. 24) alertava que os sindicatos "desenvolvem poderosas tendências à conciliação com o regime democrático-burguês". Os trabalhadores sofrem com demissões, cortes de salário, precarização das condições de trabalho, entre outras coisas.

Percebe-se, ainda, a crise das perspectivas reformistas, quando se pensa na organização política dos trabalhadores. Uma crise como a atual mostra claramente as engrenagens da exploração do trabalho. Políticas como o auxílio emergencial, mesmo que provisoriamente possam ajudar uma parcela da população, estão longe de garantir a continuidade da vida dos trabalhadores. Para a maior parte da esquerda, está em jogo somente a manutenção da

disputa institucional e a construção de alternativas eleitorais, claramente mostrando que "a crise atual da civilização humana é a crise da direção proletária" (TROTSKY, 2008, p. 70).

Por isso, na atual conjuntura, coloca-se a necessidade de um programa que articule as reivindicações mais básicas – saneamento, medicamentos gratuitos e leitos hospitalares, entre outras – com aquelas que se choquem diretamente com o capitalismo – estatização de indústrias farmacêuticas e de hospitais particulares, expropriação de grupos capitalistas e das grandes fortunas, e a necessidade de auto-organização dos trabalhadores, entre outras. É preciso lembrar de Trotsky (2008, p. 17) quando afirmava que, "sem uma revolução socialista no próximo período histórico, a civilização humana está ameaçada de ser arrastada por uma catástrofe".

REFERÊNCIAS

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

SILVA, Michel Goulart da. "A permanência de Trotsky". **Revista Urutágua**, n. 8, 2005.

SILVA, Michel Goulart da. "A revolução permanente: Trotsky e a luta anti-imperialista no século XXI". **Pacha**, n. 2, 2020

TROTSKY, Leon. **Aonde vai a França**. São Paulo: Editora Desafio, 1994.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição**. São Paulo: Editora Iskra, 2008.

CAPÍTULO 9

O Fim da União Soviética e
seu Impacto na Esquerda Latino-Americana

O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA E SEU IMPACTO NA ESQUERDA LATINO-AMERICANA

O desmoronamento da maioria dos Estados autodenominados socialistas ou mesmo comunistas, no começo da década de 1990, certamente foi um dos fatos mais marcantes do final do século XX. Embora tenha sido um processo de vários anos, que passa por crises em países como China e Alemanha Oriental e pelo desmantelamento da União Soviética, reverberando também algumas rebeliões nas décadas anteriores em países como Tchecoslováquia e Polônia, possivelmente o evento simbólico mais lembrado é a chamada queda do Muro de Berlim, em 1989. Construído em 1961, dividindo a cidade de Berlim, o muro foi um dos principais símbolos das disputas políticas ao longo do século XX. Essa disputa, que se desdobrou desde o final da Segunda Guerra Mundial, foi marcada por embates retóricos, diplomáticos e, em alguns casos, militares, conhecida como Guerra Fria.

Se simbolicamente o Muro de Berlim é o evento mais lembrado, certamente o acontecimento de maior impacto político foi a queda do governo da burocracia stalinista na União Soviética. França (2015, p. 12) se refere ao "fim do socialismo" como um processo

> [...] que se originou de forma mais categoria a partir de 1985, com a divulgação das reformas *Glasnost* e *Perestroika* de Mikhail Gorbachev e que foi consumado no período de 1989-1991 com a queda do muro de Berlim, a desintegração do Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECOM) e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O fim da União Soviética e o processo ocorrido nos demais países impactou as esquerdas, não sendo exagerado afirmar que "blocos de concreto que despencavam no muro de Berlim caíram sobre suas cabeças, sobretudo daqueles que possuíam maior afinidade com o sistema político de países como União Soviética, Alemanha Oriental, Romênia, dentre outros" (FRANÇA, 2015, p. 11). Percebe-se, ao analisar a história do século XX, uma

> [...] dinâmica mundial que se voltava para o comunismo, fosse para combatê-lo – caso dos governos dos países capitalistas ocidentais, fosse para reivindicá-lo – como era o caso de todo o movimento operário mundial que, mesmo com críticas duras, via nos países do leste europeu um referencial de alternativa ao capitalismo" (FRANÇA, 2015, p. 56-57).

Embora fossem repúblicas controladas por uma burocracia, cujo regime político não estava estruturado em organismos de poder dirigidos diretamente pelos trabalhadores, no cenário de disputa mundial acabavam reunindo em torno de si a maior parte das tendências teóricas e políticas à esquerda. Esses regimes, independente do modelo que acabaram construindo, mostravam que era possível expropriar o capitalismo e, a partir disso, iniciar a construção de uma nova sociedade. Embora não sejam nem simples nem fáceis as explicações para esses regimes de transição não terem avançado ao socialismo, sabe-se que os fatores passam necessariamente pelas derrotas da revolução em diversos países e pelas opções políticas das direções revolucionárias. Não custa lembrar o prognóstico de Trotsky (2008, p. 75), quando afirmava:

> ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial nos Estados operários, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo, ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo.

O fim de quase todos esses países que expropriaram o capitalismo e levaram ao poder partidos que se reivindicam socialistas ou mesmo comunistas permite pensar diferentes elementos importantes para compreender o período posterior a 1989. O período está marcado por um avanço brutal do capitalismo, que, por meio de seus organismos internacionais e governos nacionais, impõe um modelo econômico de aprofundamento da dominação dos países, pela privatização de serviços e empresas públicas e pela flexibilização de direitos dos trabalhadores, em especial aqueles associados ao *welfare state*, como os trabalhistas e previdenciários. Em diversos países foram realizadas reformas dos mais variados tipos, buscando reduzir o gasto com serviços e ampliar o apoio financeiro a empresas e bancos.

No âmbito da esquerda, a crise dos países governados pela burocracia stalinista impactou o debate teórico. O marxismo acabou sendo associado, de maneira bastante equivocada, aos regimes políticos que ruíram no Leste Europeu e na União Soviética. Em todo o mundo, na década de 1990, a maioria da intelectualidade, inclusive grande parte dos que se colocavam como de esquerda, aderiu à propaganda conservadora que apresentava o marxismo como algo nocivo e que deveria ser combatido. Conceitos centrais do marxismo, como luta de classes e modo de produção, passaram a ser atacados como obsoletos e insuficientes para analisar a realidade histórica. O passo seguinte foi negar a existência inclusive das classes sociais, ainda que cotidianamente

trabalhadores em todo o mundo tentassem resistir à ofensiva capitalista (SILVA, 2010).

Produto dessa crise foi também o recuo da utopia. No contexto de queda dos aparatos stalinistas, "historiadores decretaram o fim prematuro do século XX a partir de então. Outros, ainda mais afoitos, afirmaram que presenciávamos o fim da história. Já aqueles mais criativos se preocuparam em cunhar novos conceitos, como o de globalização" (FRANÇA, 2015, p. 11). Nessa lógica, os regimes construídos no Leste Europeu teriam sido exatamente o que havia previsto Marx (mesmo que sejam raros os seus escritos que descrevem uma sociedade futura) e sua queda seria a prova de que sua utopia teria se mostrado um grande desastre para a humanidade. O socialismo e até mesmo o comunismo, confundidos com os regimes controlados pela burocracia stalinista, não teriam alcançado a almejada nova sociedade e, por isso, todos deveriam aceitar o capitalismo como realidade social e histórica final para a humanidade. Para muitos, isso teria significado inclusive o "fim da história".

Outro elemento evidente foi a profunda mudança ocorrida em numerosos partidos comunistas, que passaram para o campo do centro ou mesmo da direita, como no Brasil e na Itália. Outro fator observável foi a migração da maior parte dos partidos de tradição social-democrata ou trabalhista para a defesa do capitalismo, em vários países fazendo governos aplicaram projetos de interesse da burguesia, como ocorreu no Brasil e na Inglaterra. Percebe-se também casos de partidos que, mesmo não sendo de uma tradição comunista ou social-democrata, mas que tiveram expressiva importância em lutas dos trabalhadores, também passarem ao terreno das reformas estruturais do imperialismo, como na Argentina e no México.

Na América Latina, diante da crise das principais organizações vistas como seus representantes pelo trabalhadores,

foram construídas novas organizações de importante relevância social e política.[2] O zapatismo no México se constituiu logo no começo da década de 1990. No mesmo período também houve o crescimento do PT no Brasil, paulatinamente aumentando sua atuação parlamentar e vencendo as eleições presidenciais de 2002, ocupando um protagonismo que outrora tinha sido dos trabalhistas e dos comunistas. Na Argentina, em 2003, uma versão renovada do peronismo ganhou as eleições e diminuiu a instabilidade política pela qual o país vinha passando nos anos anteriores. Fazem parte desse contexto também diferentes governos no Equador, no Uruguai e, mais recentemente, no Peru, além das sucessivas vitórias de uma esquerda mais tradicional no Chile.

Contudo, o protagonismo desse contexto coube a uma das mais profundas tentativas de novos projetos políticos. Na Venezuela, Hugo Chávez buscou construir o que chamou de "socialismo do século XX", apontando para uma alternativa política com elementos nacionalistas mesmo que em um cenário de crise da economia internacional. O processo conhecido como "revolução bolivariana" avançou no processo de importantes reformas sociais e colocou em cena setores da classe trabalhadora organizada, ainda que não tenha avançado a ruptura com o capitalismo.

Na Bolívia, no mesmo sentido, além de reformas importantes, Evo Morales apostou na construção de um Estado que respeitasse a diversidade política e cultural do país. O movimento político organizado em torno do presidente mostrava características bastante particulares, no qual diferentes fatores afetavam o conceito de classe, afinal, "mesmo em se tratando de defesa de seus interesses econômicos, os *cocaleros* nunca se definiram apenas

[2] Um breve panorama das principais mobilizações ocorridas na América Latina durante a primeira década do século XX foi apresentado em Silva (2006).

como camponeses, mas como indígenas plantadores e protetores de uma folha simbólica para sua cultura andina, a consagrada folha de coca" (URQUIDI, 2004, p. 197). No movimento *cocalero*, desde a conformação em defesa dos interesses imediatos

> [...] observou-se a progressiva organização das suas ações em direção à criação de uma centralidade não de classe, mas de identidades imbricadas e não totalmente definidas, em torno de objetivos amplos, o que permitiu a aglutinação das forças sociais nacionais dispersas (URQUIDI, 2004, p. 197-198).

Embora essas organizações e projetos políticos não se propusessem a romper com o capitalismo, a América Latina se viu movimentado por mobilizações sociais e políticas e governos que apontaram para a necessidade de construir uma alternativa que, mesmo não sendo necessariamente socialista, mostravam no mínimo uma perspectiva de tentar um desenvolvimento autônomo de suas economias, colaborando entre si e com outros países da África e da Ásia. Em um balanço, pode-se afirmar que

> [...] diferentes organizações, coletivos e intelectuais que acompanharam criticamente o rumo dos governos progressistas ressaltaram seus aspectos fundamentais: as limitações na remoção das características-chave da estrutura jurídico-normativa neoliberal; o aprofundamento do modelo extrativista explorador e seus efeitos de mercantilização; a dificuldade em superar uma matriz produtivista que reproduz as condições de dependência histórico-estrutural da região; e as reticências na concretização de reformas democráticas mais radicais e duradouras (TADDEI, 2018, p. 18-19).

As formas tradicionais de organização também foram transformadas ou mesmo superadas. Os presidentes Hugo Chávez e Evo Morales dirigiram inicialmente movimentos que posteriormente viriam a se transformar em partidos. Em 2000, no Equador uma ampla frente de setores populares chegou ao poder por meio do Parlamento dos Povos, ainda que esta tenha sido uma experiência efêmera. Muitas das políticas dos governos considerados "progressistas", como os de Lula no Brasil, foram elaboradas e discutidas no interior do movimento antiglobalização, em espaços de lutas e debates de movimentos sociais de todo o mundo, e que ganharam mais corpo nas sucessivas edições do Fórum Social Mundial.

No período posterior ao final da União Soviética, os grupos marxistas continuaram a existir, mas se limitaram a pequenas e cada vez mais fragmentadas organizações. Certamente muito dessa condição tem relação com sua falta de enraizamento da classe, o que os leva a buscar sua construção dentro de partidos com registro eleitoral. Muitos desses grupos participaram da construção de partidos de vanguarda organizados de forma ampla, reunindo um campo genericamente anticapitalistas, como é o caso do PSOL, no Brasil. Possivelmente a única exceção a essa tendência se deu na Argentina, onde dois partidos independentes, o PTS e o PO, alcançaram uma importante inserção no movimento de trabalhadores e, depois de se uniram numa chapa eleitoral, incorporando também outros grupos menores, vêm conquistando importantes votações.

Portanto, no período posterior ao fim da União Soviética, se percebe na esquerda latino-americana uma tentativa de encontrar novos caminhos tanto organizativos como teóricos. Uma forte marca de todas essas organizações e projetos políticos continua a ser o anti-imperialismo, em especial no enfrentamento direto com os Estados Unidos. Em termos estratégicos, consolida-se o

abandono quase completo da perspectiva socialista, buscando-se utopias ou embasadas na diversidade de tradições culturais, como se percebe na experiência boliviana, ou em uma estratégia nacionalista, como na Venezuela. O discurso socialista continua principalmente no programa de pequenos grupos marxistas, bem como quando se faz menção à defesa de Cuba.

Portanto, é preciso refletir acerca dessas questões mostrando as alternativas teóricas e políticas que foram debatidas e construídas nos últimos trinta anos na América Latina. Os trabalhadores seguiram em movimento, construindo novas organizações, construindo suas próprias mobilizações e refletindo acerca de suas táticas e estratégias políticas. Com isso é possível analisar suas perspectivas teóricas e propostas programáticas, problematizando sua caminhada e, também, passos que aponta para o futuro.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Teones. **Escombros do Muro de Berlim sobre a esquerda brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

SILVA, Michel Goulart da. “30 anos após a ´queda do muro´ de Berlim: a esquerda latino-americana”. **Religación**, n. 19, 2019.

SILVA, Michel Goulart da. “Revolução e socialismo: notas teóricas”. **Contra a Corrente**, n. 3, 2010.

SILVA, Michel Goulart da. “Um novo cinema militante”. **O Olho da História**, n. 9, 2006.

TADDEI, Emilio Horacio. “Relegitimação da governabilidade neoliberal, resistências populares e desafios emancipatórios na Argentina e em Nossa América”. *In*: LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena (orgs.). **O eclipse do progressismo**: a esquerda latino-americana em debate. São Paulo: Elefante, 2018.

TROTSKY, Leon. **Documentos de fundação da IV Internacional**. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

URQUIDI, Vivian. “Movimento Cocaleiro na Bolívia”. *In*: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **América Latina**: encruzilhadas da história contemporânea. São Paulo: Xamã, 2004.

CAPÍTULO 10

As Esquerdas no Brasil e as Eleições Municipais

AS ESQUERDAS NO BRASIL E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

O processo eleitoral ocorrido há poucos meses mostrou um recuo da influência política das esquerdas, especialmente do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que, além de não vencerem para o executivo de nenhuma capital, também tiveram reduzidos o número de prefeitos e de vereadores. Em certa medida parece que a experiência desses partidos em governos e prefeituras, bem como na presidência do Brasil, além de sua atuação parlamentar, que passa inclusive pela aliança com partidos de direita, fez com que uma parcela de seu antigo eleitorado tenha migrado para alternativas diferentes no campo da esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ou tenha se voltado para políticos dos partidos tradicionais da direita.

Independentemente de onde os trabalhadores estão depositando seus votos nas eleições, percebe-se uma crise na esquerda, se for considerada uma perspectiva apenas eleitoral. Coloca-se nesse ponto uma das questões mais caras ao revolucionário russo Leon Trotsky: a crise de direção revolucionária do proletariado. Segundo Trotsky (1989, p. 11-12), num cenário em que "a condição econômica necessária para a revolução proletária já alcançou, no geral, o mais alto grau de maturação possível sob o capitalismo".

> O principal obstáculo no caminho da transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária, é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa frente à

> grande burguesia e os laços traidores que mantém com esta, mesmo em sua agonia.

No contexto em que Trotsky escrevia, na segunda metade da década de 1930, foram criadas as chamadas frentes populares, governos em que os partidos representantes dos trabalhadores assumiam governos em aliança com a direita, buscando pôr fim à instabilidade política provocada por crises econômicas e sociais. Na conjuntura em que foram criadas, as frentes populares eram formações políticas cuja principal tarefa passava por se constituir enquanto blocos institucionais para tentar barrar o avanço do fascismo. Essas formações políticas também assumiram o papel de desviar mobilizações dos trabalhadores em curso no período, direcionando essas lutas para a defesa da estabilidade do Estado, como se deu em meio à Revolução Espanhola e à onda de greves na França, em 1936. Nas décadas seguintes essa tática se tornou comum entre as organizações de esquerda em diversos países (SILVA, 2005).

No Brasil a frente popular foi uma política frequente utilizada, por exemplo, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre as décadas de 1940 e 1960, costurando alianças com setores do trabalhismo. O golpe de 1964 se deu num contexto de apoio do PCB ao governo João Goulart. Essa política de colaboração entre esquerda e setores da direita também viria a ser largamente utilizada pelo PT em suas várias candidaturas. Um exemplo foi a escolha dos candidatos à vice-presidência de Lula, indicando nomes entre representantes da burguesia, como foi o caso do industrial José de Alencar nas eleições de 2002 e 2006.

O fato de os trabalhadores conseguirem construir grandes partidos, que cheguem em conjunturas difíceis tendo uma grande força política, caso priorize a sua construção orgânica entre a base dos trabalhadores, mostra o quanto são desnecessários esses blocos

com setores da direita. Contudo, esses setores da esquerda, na verdade, estão bastante adaptados à institucionalidade e, por isso, buscam as alianças com a direita como estratégia de longo prazo e não apenas como uma tática momentânea. Mesmo quando está colocada a possibilidade de uma ruptura protagonizada pelos trabalhadores opta-se pela manutenção da institucionalidade, a despeito do fato de que "as condições objetivas necessárias para a revolução proletária não estão somente maduras, mas começam a apodrecer" (TROTSKY, 1989, p. 12).

Com a pandemia, ficou mais evidente que o mundo estava lançado à barbárie, à pobreza, à degradação do homem e do meio ambiente. Ficou evidente que a prioridade da política da maior parte dos governos estava mais voltada para a estabilidade econômica do que para a vida dos trabalhadores (SILVA, 2020). Nem mesmo as grandes potências imperialistas conseguiram manter sua imagem de estabilidade, diante da dupla crise econômica e sanitária, encontrando dificuldades para dar respostas e superar a pandemia.

No âmbito da esquerda, as alternativas políticas que hoje se colocam como novas são a reedição caricata de teorizações do passado, como a das frentes populares. O discurso de que é preciso encontrar um caminho diferente, embora opte-se como tática pelas soluções imediatas, por meio de alianças em que até mesmo um programa mínimo é abandonado, mostra o quanto a maior parte da esquerda parece estar adaptada a um jogo institucional dominado pelo poder financeiro da burguesia. O processo de crise que vem passando o PT, bem como a maior parte da esquerda em outros países, mostra, de um lado, o ponto a que chegou a degeneração do capitalismo e, do outro, o quanto é ilusório pensar que é possível ainda apostar em políticas de colaboração de classe, como é o caso das frentes populares. Poderia a esquerda, tomando o que há de melhor na teoria e da prática desenvolvidas ao longo do século XX,

e se articulando com as lutas concretas que se vem travando em todo o mundo, construir um caminho que possa levar a uma efetiva transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

SILVA, Michel Goulart da. “A permanência de Trotsky”. **Revista Urutágua**, vol. 8, n. 8, 2005.

SILVA, Michel Goulart da. “Trotsky, a pandemia e o capitalismo em crise”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 10, 2020.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição**. São Paulo: Informação, 1989.

SOBRE O AUTOR

SOBRE O AUTOR



Michel Goulart da Silva é doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC). Possui graduação e mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Contemporâneo, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura no Brasil, modernização, marxismo e cultura política. E-mail para contato: michelgsilva@yahoo.com.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2021

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2021